

POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: O CASO DE PERNAMBUCO

ANTONIO CARLOS DE LIMA COSTA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

JOSÉ DE LIMA ALBUQUERQUE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

JORGE DA SILVA CORREIA NETO

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

RAFAELA RODRIGUES LINS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

ELIABE ROBERTO DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)

POLÍTICA PÚBLICA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: O CASO DE PERNAMBUCO

1 INTRODUÇÃO

A Educação Integral em Pernambuco tornou-se Política Pública de Estado em 2008, por meio da Lei Complementar Estadual nº 125/08. De acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), o modelo fundamenta-se na concepção da educação interdimensional, como espaço privilegiado do exercício da cidadania e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. A partir dessa ideia, ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, o jovem estará qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho (CONSED, 2019).

Uma das premissas da Educação Integral é a educação interdimensional e, nesse sentido, Costa (2015) compreende esta modalidade de educação como o conjunto de ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. Além disso, Costa (2015) também pontua que a educação interdimensional representa uma fonte de significado e o suporte de sentido para todos que trabalham e lutam a favor da implantação e universalização da educação integral no país, com elevados níveis de qualidade.

O Ensino Médio ainda hoje é considerado um desafio para muitos gestores escolares. De acordo com Nogueira (2019), um estudo realizado pelo Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) indicou que grande parte dos alunos chega ao Ensino Médio com grande defasagem de aprendizado e isso vem do Ensino Fundamental 2, sendo esta defasagem um problema grave, visto que o Ensino Médio é a última etapa da educação básica. Nessa etapa ocorrem as primeiras tentativas de entrada na vida profissional e se intensificam atividades e descobertas típicas da juventude.

A partir desse contexto, o Estado de Pernambuco, com o objetivo de eliminar algumas dessas deficiências dentro do Estado, criou um programa em educação integral para escolas do Ensino Médio de sua rede. De acordo com o CONSED (2019), o programa atualmente abrange 392 escolas do ensino médio que atuam em tempo integral e semi-integral (EREM) e 45 Escolas Técnicas Estaduais (ETE).

Para Dutra (2013), o Programa de Educação Integral em Pernambuco propiciou mudanças que demarcaram diferenças substanciais na concepção, na definição de responsabilidades, na abrangência, no acesso e nas condições de funcionamento em relação às escolas de um turno. Surgiu, dessa forma, uma nova escola para o Ensino Médio, visando à qualidade social para uma educação voltada para além da construção unilateral dos conhecimentos e da aprendizagem dos conteúdos.

Com esse contexto emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: quais os principais aspectos da política de educação integral que tornaram o Estado de Pernambuco uma referência nacional? A partir daí foi traçado o seguinte objetivo geral: investigar a Política de Educação Integral em Pernambuco quanto à formulação, à implantação e às ações de referência de qualidade educacional. Decorrem do objetivo geral os seguintes objetivos específicos: i) descrever a implantação da Política de Educação Integral em Pernambuco; ii) elencar as principais ações políticas para o ensino em tempo integral; iii) apresentar os indicadores para a educação integral constantes no Plano Nacional da Educação de PE – 2015-2025.

2 A ESCOLA INTEGRAL COMO POLÍTICA DE EDUCAÇÃO CIDADÃ

2.1 O tempo na escola e na sociedade

O tempo de trabalho é de natureza disciplinar, mesmo quando engloba uma ou mais áreas. Para que os alunos possam demonstrar suas capacidades, a qualidade do tempo escolar vivida requer a adição de momentos de criação, tornando-a cada vez mais inovadora e menos direcionada para o trabalho disciplinar. Nesse contexto, Cavaliere (2007) afirma que a organização social do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Cavaliere (2007) ainda afirma que entre os meios de organização do tempo social destaca-se o tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral.

Para Parente (2010), as construções temporais melhor se desenvolvem e melhor se consolidam quando estas são afirmadas como resultado da interseção de políticas públicas e de práticas escolares, ou seja, quando há uma legitimação das ações produzidas pelas instituições escolares. Desta forma Pernambuco, desde 2008, com a Lei complementar nº 125, de julho de 2008, cria o Programa de Educação Integral, propiciando aos estudantes maior tempo escolar no Ensino Médio nas escolas ditas Integrais e Semi-integrais.

Vangiler e Silva (2016) enfatizam que o tempo escolar contribui significativamente para se construir uma cultura própria da escola. Cavaliere (2007) já alertava para essa mudança na essência da escola, enfatizando que a ampliação do tempo de escola somente se justifica na perspectiva de propiciar mudanças no caráter da experiência escolar, ou seja, na perspectiva de aprofundar e dar maior consequência a determinados traços da vida escolar.

Na concepção de Sousa (2017), os movimentos sociais ganham força no processo de legalizar e instituir a ampliação do tempo escolar, sendo que a educação integral se coloca como uma proposta em constante construção para uma educação cidadã articulada entre o poder público, profissionais da educação, família e comunidade. Ainda de acordo com Sousa (2017), articular a educação com novos espaços educacionais e ampliar o tempo, busca corrigir as desigualdades e transformar a escola em matéria viva para atender as necessidades da vida.

Sobre o tempo escolar, Campos, Branco e Daniel (2016) afirmam que o controle do tempo se converteu em um dos grandes reguladores da existência humana, pois a conciliação entre as diversas temporalidades cotidianas se impõe cada vez mais como um desafio para a maioria das pessoas que necessitam cumprir suas funções familiares, pessoais e profissionais, assim, esse conjunto de tempos educativo-escolares adquire um protagonismo especial.

De acordo com Chizzotti e Bocchi (2016), a crítica ao tempo escolar ganhou maior relevância com o Relatório norte-americano da National Education Commission on Time and Learning (Necta), *Prisoners of Time* (NECTA, 2005, apud CHIZZOTTI; BOCCHI, 2016). Este relatório introduziu o debate crítico sobre o tempo de vida na escola, ao mostrar que a organização do tempo determina uma lógica de vida da escola, pois aprisiona todos os atores envolvidos: alunos, professores, gestores e famílias; e, sobretudo, é determinante do ato pedagógico, do currículo e das condições de aprendizagem dos alunos.

Ainda de acordo com Chizzotti e Bocchi (2016), o relatório contribuiu para difundir a ideia de que o aumento do tempo de ensino é a chave para elevar a qualidade da aprendizagem; e aumentar o tempo escolar para todos contribui para a elevação do nível de competência dos alunos e de toda a sociedade. O documento salienta, ainda, que para maior equidade, é necessário destinar mais tempo para aqueles que, por desempenho insuficiente ou carências sociais, tenham maiores necessidades pedagógicas.

2.2 A História da Educação Integral no Brasil

A História da Educação Integral no Brasil teve como marco legal o movimento da Escola Nova, que ganhou notoriedade após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, ao defender a universalização da escola pública laica e gratuita.

Na década de 1950, na cidade de Salvador, Bahia, foi criada a Escola Parque, idealizada por Anísio Teixeira. Essa escola experimental atendia crianças nas séries iniciais e incluía em seu ensino ações de socialização. As atividades desenvolvidas na escola não eram apenas cognitivas, mas tradicionalmente vivenciadas através das práticas de aprendizagens não formais, dentre as quais atividades culturais e de lazer. Portanto, surgiu nesse momento a primeira experiência de Educação Integral no Brasil, de forma sistematizada.

Outra experiência importante para essa modalidade de ensino está relacionada aos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Esses CIEP destacaram-se no Rio de Janeiro com as Escolas em tempo integral, onde as crianças deveriam permanecer durante todo o dia participando das atividades curriculares variadas, recebendo alimentação e cuidados básicos.

Os CIEP foram criados no governo de Leonel Brizola e idealizados por Darcy Ribeiro, defensor das ideias de Anísio Teixeira. A filosofia de Educação Integral foi colocada em prática em centros específicos para atendimento às crianças no Ensino Fundamental, nos anos iniciais, considerando a possibilidade de não apenas valorizar a construção do conhecimento, mas toda a estrutura da escola, que se preocupava com o bem-estar social da criança, na perspectiva nutricional, médica e de prevenção. Como ressalta Mota (2006, p. 4), “os CIEPs foram apresentados como a primeira experiência brasileira da escola pública de tempo integral”.

Surge, também, nessa mesma década, no estado de São Paulo, um Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), no qual as prefeituras realizavam parcerias com outras secretarias de Estado ou organizações não governamentais a fim de complementar a formação das crianças, com a possibilidade de utilização de outros espaços que não os da escola.

De acordo com Gadotti (2009, p. 32), “as diversas experiências de Educação Integral têm em comum tanto uma dimensão quantitativa (mais tempo na escola e no entorno) quanto uma dimensão qualitativa (a formação integral do ser humano). Essas duas dimensões são inseparáveis”. Dessa forma não é apenas aumentar o tempo do estudante na escola, mas oferecer qualidade durante o período em que o educando se encontra no seu interior.

Compreender determinado tempo social, a exemplo do tempo escolar, pressupõe o reconhecimento e a consideração da dinâmica de outros tempos sociais, observando as características de cada um desses tempos e os modos como se dão as relações entre eles na vida cotidiana. A influência desses tempos sociais parece ser muito mais forte e poderosa do que o tempo escolar pode admitir. Nesse sentido, Arroyo (2011, p. 310) afirma que “diante de vivências tão diversas que os mestres e educandos levam para as escolas, não temos o direito a impor uma única concepção do tempo”.

2.3 A implementação da política pública de Ensino Médio Integral de Pernambuco

Em Pernambuco, a política pública do ensino integral teve início em 2008, com o advento da Lei Complementar n. 125, através da criação do Programa Integral. Porém, de acordo com o Instituto Natura (2019), desde o início dos anos 2000 uma parceria público-privada definiu um modelo inovador de Ensino Médio, que logo apresentou resultados positivos. Contudo, no início este modelo só esteve disponível para uma pequena seleção de escolas de Ensino Médio da rede pública do estado.

Em 2000, um grupo de empresários criou o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), elaborou um novo programa de educação e recebeu apoio do governo do

estado através da criação do Procentro, um órgão estatal dedicado a trabalhar com o ICE na concepção de um novo programa educacional.

De acordo com o Instituto Natura (2019), entre 2002 e 2004 o ICE e o Procentro apoiaram um grupo de especialistas que concebeu um modelo de Escolas em Tempo Integral (ETI). As ETI foram baseadas no sistema de gestão inspirado nos princípios usados na Administração, o ciclo PDCA (sigla em inglês para planejar, executar, checar, agir), no qual o conteúdo a ser ensinado era alinhado aos interesses do estudante, incluindo questões de empreendedorismo juvenil, valores educacionais e cultura do trabalho.

Criados em 2003 e 2004, os Centros de Ensino Experimental (CEE) foram uma experiência pioneira, mas incidental, de educação integral, pois apesar da oferta de jornada ampliada, tinham por objetivo melhorar a educação por meio de inovações em conteúdo, métodos e gestões, e não, especificamente, através da educação integral em si (PERNAMBUCO, 2004).

De 2003 a 2007, foram criados ou adaptados 20 CEE, assentando-se em contratos de gestão com o ICE, que buscava garantir condições como dedicação exclusiva, seleção rigorosa das equipes docente e gestora, possibilidade de contratação de professores externos à rede, avaliação contínua das equipes docente e gestora, aumento salarial, conselho gestor, currículos específicos, padrões mínimos de estrutura e bonificação ao atingir de metas (DIAS; GUEDES, 2010).

Entre 2004 e 2006, o Procentro e o ICE selecionaram 13 escolas dos 20 CEE para que adotassem o novo modelo ETI, formando uma rede limitada de escolas públicas de ensino médio de alto desempenho. Com esta ação criou-se uma disparidade dentro do sistema de ensino estadual, com alunos dos CEE apresentando desempenho excepcional face aos alunos do sistema educacional público regular, que à época atendia aproximadamente 400.000 alunos nas 704 escolas de Ensino Médio (INSTITUTO NATURA, 2019).

Em 2008, a gestão conjunta do Procentro e do ICE transferiu o gerenciamento de todas as escolas do CEE para a Secretaria de Educação. Nessa transição, o ICE abdicou de todo o poder de tomada de decisões sobre o direcionamento e a concepção futura da política. Na nova estrutura, todas as escolas CEE, assim como as escolas de ensino médio da rede pública que adotaram a política de Educação Integral, foram rebatizadas de Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM).

Para Dutra (2013) a Política Pública de Educação Integral requisitou uma mudança no papel do gestor, dos professores e funcionários. Em relação ao gestor foi exigido um compromisso maior com os resultados e o acompanhamento das atividades desenvolvidas na escola, propostas pelo programa. Houve, inclusive, um aumento significativo na carga horária desses atores, que precisaram estar motivados para se adequarem às novas regras de funcionamento da escola, já que iriam se constituir como elo entre a instituição e a Secretaria Estadual de Educação.

Na implementação da Política Pública de Educação Integral em Pernambuco em 2008, foram criados espaços de trocas entre gestores e os outros sujeitos envolvidos com a escola, com o objetivo de fortalecer e discutir as questões da política. Foram promovidos encontros para trocas de experiências entre eles, como também capacitações em educação interdimensional e em planejamento estratégico.

De acordo com Dutra (2013) os contratos de gestão deram lugar a parcerias e os gestores passaram a, obrigatoriamente, ocupar cargos como servidores da rede estadual de ensino. Houve também ampliação da oferta de educação integral; gratificações específicas para diretores e educadores das escolas integrais, nos valores de R\$ 2.032,00 (integral/40h) e R\$ 1.623,00 (semi-integral/32h); definição da carga horária mínima para integração dos estudos (40h para as integrais e 32h para as semi-integrais – atualmente 45h/35h); separação

entre escolas de referência (com ensino não técnico no contraturno e sem seleção oficial de alunos) e técnicas (com ensino profissional técnico integrado e seleção oficial de alunos); e compatibilidade de oferta entre ensino integral e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A ampliação da oferta se deu em duas fases: na primeira, priorizou-se a implantação do modelo em escolas com melhores condições de infraestrutura; na segunda, focou-se na interiorização e na criação/adaptação de escolas integrais em todos os municípios. Na segunda fase, também se levou em conta o aspecto social.

O Programa de Educação Integral vem sendo implementado nas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) e nas Escolas Técnicas Estaduais (ETE). No entanto, muito mais do que o tempo integral e a proposta curricular na perspectiva da educação interdimensional, é a busca por melhores resultados da escola no IDEPE que define a organização do trabalho pedagógico nas escolas. De acordo com os resultados do IDEPE, são definidos as escolas e os profissionais que receberão um bônus, ou seja, um benefício salarial acrescido nos contracheques desses profissionais.

Na Rede Estadual de Pernambuco, a pressão se dá especialmente em torno dos indicadores de qualidade baseados no mérito. Para Freitas (2012), a meritocracia é parte do sistema de responsabilização e prevê as recompensas e sanções como o não recebimento de gratificações, a partir dos resultados, até a própria exposição pública destes. Essa prática é observada em relação às EREM, e seus resultados são amplamente divulgados na mídia pernambucana e até mesmo na mídia nacional.

2.4 O Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Educação Integral

O Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência entre 2014 e 2024, constitui um documento que define compromissos colaborativos entre os entes federativos e diversas instituições pelo avanço da educação brasileira. A agenda contemporânea de políticas públicas educacionais encontra no PNE uma referência para a construção e acompanhamento dos planos de educação estaduais e municipais, o que o caracteriza como uma política orientadora para ações governamentais em todos os níveis federativos e impõe ao seu acompanhamento um alto grau de complexidade. As questões públicas que motivam o PNE podem ser vislumbradas nas desigualdades educacionais, na necessidade de ampliar o acesso à educação e a escolaridade média da população, na baixa qualidade do aprendizado e nos desafios relacionados à valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática e ao financiamento da educação (BRASIL, 2015).

O PNE é constituído por 20 metas para serem cumpridas no prazo de vigência do plano. A meta 6 propõe oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica. O PNE tem o propósito de ampliar o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas escolas públicas, com ampliação de tempos, espaços, atividades educativas e oportunidades educacionais, em benefício da melhoria da qualidade da educação dos alunos da educação básica (BRASIL, 2015).

Para ampliação da jornada escolar dos estudantes do Ensino Básico e de organização dos currículos na perspectiva da educação integral, o governo federal se baseou no programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial n. 17, de 24 de abril de 2007, e, posteriormente, disposto no Decreto n. 7.083, de 27 de janeiro de 2010. O referido decreto define a educação em tempo integral como “a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais”. Essas atividades escolares podem, portanto, ser desenvolvidas dentro do

espaço escolar ou fora dele, sob a orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e o estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais (BRASIL, 2010).

De acordo com o PNE, a expansão da educação em tempo integral também é objeto de políticas e programas específicos desenvolvidos por diversas unidades federativas e municípios brasileiros. Para muitos, ampliar a jornada escolar e possibilitar às crianças e jovens a exposição às situações de ensino, aprendizagem e desenvolvimento de múltiplas habilidades tem sido considerado uma medida propulsora de melhor qualidade na aprendizagem e de redução das desigualdades nas oportunidades educacionais.

De acordo com o Relatório do 3º ciclo de monitoramento de metas do Plano Nacional de Educação 2020, divulgado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o Brasil, cumpriu somente uma das 20 metas previstas em lei para serem atingidas entre 2014 e 2024. Em relação à meta 6, que diz respeito a educação em tempo integral, a meta ainda não foi alcançada e o relatório aponta declínio no número de matriculados (apenas 15% das matrículas). Além disso, a educação integral chega a somente 24% das escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2020).

2.5 O Plano Estadual de Educação (2015-2025) e a Educação Integral

O Plano Estadual de Educação com vigência entre 2015-2025 representa um marco para o avanço na concretização das políticas educacionais do estado de Pernambuco, constituindo-se em um documento norteador para a educação no próximo decênio. Abrange um conjunto de medidas voltadas para a melhoria da qualidade da educação, para o aperfeiçoamento da participação cidadã e da gestão democrática, para a promoção crescente da valorização dos profissionais da educação, para o enfrentamento das desigualdades e valorização da diversidade, e de um padrão sustentável de financiamento da educação (PERNAMBUCO, 2015).

Em cumprimento ao Art. n. 214 da Constituição Federal de 1988, o Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015-2025) apresenta propostas educacionais para o atendimento escolar da população nos diversos níveis, etapas e modalidades do ensino e para a melhoria da qualidade da educação, visando contribuir para o desenvolvimento social do Estado de Pernambuco e para o fortalecimento da democracia. O Plano se pauta pela concepção da educação como direito de todos e responsabilidade do Estado e da sociedade, cuja materialização terá na institucionalização do Sistema Estadual de Educação de Pernambuco articulado ao Sistema Nacional de Educação, o suporte para a realização de ações em regime de colaboração com a União e os Municípios (PERNAMBUCO, 2015).

O Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015-2025) apresenta metas e estratégias alinhadas ao Plano Nacional de Educação, expressa compromisso político de Estado que transcende governos, tende a promover mudanças nas políticas educacionais geradoras de avanços no processo educacional e, como consequência, melhoria da qualidade de vida da sociedade pernambucana (PERNAMBUCO, 2015).

3 METODOLOGIA

Quanto à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, e quanto aos objetivos é descritiva. Knechtel (2014, p. 101-102), apresenta as seguintes características para a pesquisa qualitativa:

- Ressalta a natureza socialmente construída da realidade;
- Relação entre o pesquisador e o objeto de estudo;

- Ênfase nas qualidades e nos processos, com destaque para a forma como a experiência social é criada e adquire significado;
- Utiliza entrevistas e observação detalhada (métodos interpretativos);
- Estuda casos específicos;
- Valoriza as descrições detalhadas;
- Faz uso de narrativas históricas, materiais biográficos e autobiográficos.

Segundo Rocha (2012, p. 40), “A pesquisa qualitativa preenche uma lacuna deixada pela pesquisa quantitativa, por não conseguir abordar informações cognitivas, afetivas, emocionais e simbólicas, oriundas das experiências e comportamentos pessoais e coletivos em relação a fatos ou fenômenos sociais e naturais”

A pesquisa descritiva, segundo Santos (2006), se caracteriza pelo levantamento das características conhecidas que compõem o fato/fenômeno/processo. Além disso, “as pesquisas descritivas têm por objetivo estudar as características de um grupo (...) são incluídos neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população.” (GIL, 2008, p. 28).

Além disso, como procedimentos técnicos foram empregados a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Andrade (2010, p. 25),

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficos não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas.

Com relação à pesquisa documental, foram consultados documentos relacionados à implantação do ensino integral no Estado de Pernambuco, assim como os Plano Estadual de Educação 2015-2025, o Balanço da Educação 2017 do Governo do estado de Pernambuco e o Plano Nacional de Educação 2014-2024, além do Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento de Metas do Plano Nacional de Educação 2020, divulgado pelo INEP. Este tipo de pesquisa recorre a uma variedade de fontes, dentre as quais estão os relatórios de instituições públicas, documentos oficiais e relatórios de empresas, entre outras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A formulação e implementação da política de educação integral em Pernambuco

Pernambuco criou, em 2004, um projeto-piloto para aprimorar a qualidade do aprendizado, da formação profissional e diminuir os índices de evasão no Ensino Médio. Os objetivos principais eram estender a jornada escolar, com o horário integral, e aumentar a participação dos alunos como protagonistas na definição de modelos de aula, ferramentas pedagógicas e da construção de seus projetos profissionais e de vida. Entre 2007 e 2008, nos

primeiros anos do governador Eduardo Campos, o projeto foi transformado em política pública a partir do lançamento do Programa de Educação Integral no estado.

A partir dos resultados das avaliações externas, principalmente a que se refere ao Ensino Médio, o governo de Pernambuco resolveu, no ano de 2007, realizar um estudo do quantitativo necessário de escolas de ensino médio integral do estado que possibilitasse o atendimento a toda demanda de jovens nessa faixa de ensino. Em seguida, propôs a reestruturação dessa etapa da Educação Básica, apresentando uma Política Pública que modificasse as estruturas organizacionais da Secretaria de Educação do Estado.

Segundo a principal referência do que é qualidade de Educação no país, o Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB), Pernambuco teve seu melhor desempenho após a criação dessas escolas, e em 2015, Pernambuco ficou empatado com o estado de São Paulo em primeiro lugar no *ranking* nacional.

De acordo com o Instituto Natura (2019), em 2006 as escolas do CEE registraram 97% de presença e 98% de aprovação, enquanto o sistema mais amplo de ensino de Pernambuco, apresentava números nada agradáveis de presença e aprovação. A partir disso, em 2007, uma mudança no governo de Pernambuco trouxe uma nova abordagem para combater o baixo desempenho da educação estadual e fechar a lacuna existente entre a rede CEE e o resto das escolas de ensino médio do Estado. A proposta foi expandir e aplicar esse modelo de educação integral de forma mais abrangente.

Atualmente Pernambuco conta com 437 escolas em tempo integral, sendo 392 Escolas de Referência e 24 Escolas Técnicas, e de acordo com a Secretaria Estadual de Educação e Esportes de Pernambuco (2019) o Estado oferta 62% das vagas para a Ensino Integral, fazendo com que fique acima da meta de 50% de oferta, estabelecida no PNE para 2014-2024, bem como no que se encontra estabelecido no Plano Estadual de Educação 2015-2025.

4.2 As ações da política de educação integral em Pernambuco e sua aderência ao Plano Estadual de Educação (2015-2025)

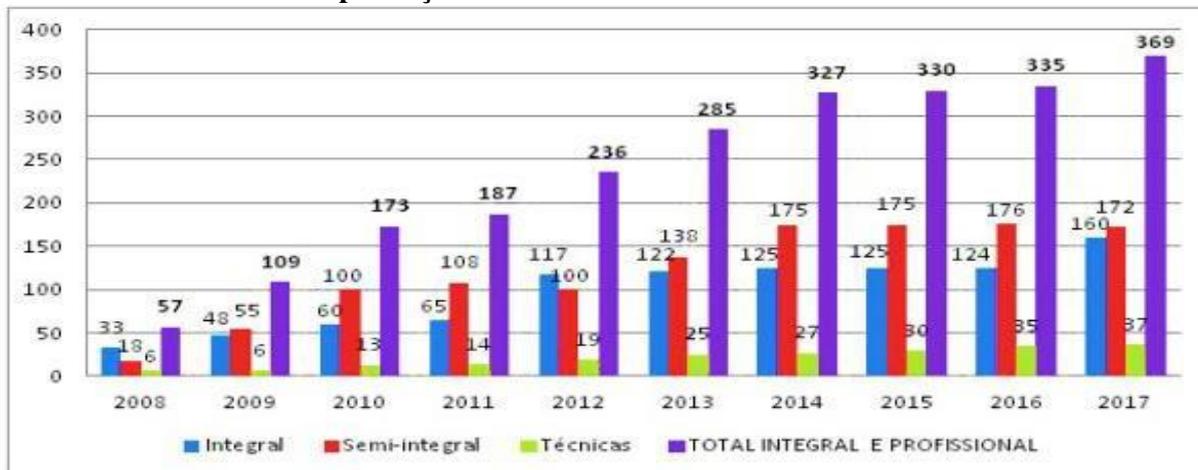
A meta 6 do Plano Estadual de Educação propõe oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 38,4% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 51,5% dos alunos da educação básica. Quando da criação do Plano, Pernambuco contava com 300 escolas de referência em ensino médio e 28 escolas técnicas estaduais.

De acordo com o Parecer CEE/PE N° 69/2015-CP, para atender esta meta, foram traçadas 11 estratégias que consideram a ampliação da jornada escolar com proposta curricular que contemple atividades socioeducativas, fundamentada numa concepção de educação integral como espaço privilegiado do exercício da cidadania, e o protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo. Neste sentido, as estratégias buscam institucionalizar e manter o regime de colaboração entre os entes federados, a ampliação de prédios com espaços necessários a uma escola de tempo integral, com laboratórios, quadras esportivas, bibliotecas, cozinha, refeitórios, banheiros etc.

A ampliação da oferta da Educação Básica em Tempo Integral é uma das metas previstas no PNE. Até 2024, a meta prevê que pelo menos 50% das escolas públicas ofertem o modelo e atendam, no mínimo, 25% dos alunos da Educação Básica. De acordo com o terceiro Relatório de Monitoramento das Metas do PNE, publicado em 2020 pelo INEP, esses números ainda estão longe de se tornar realidade. Em 2019, 14,9% dos alunos brasileiros estudavam em jornadas integrais e apenas 23,6% das escolas ofertavam o tempo integral. Nesse cenário, os números de Pernambuco se destacam frente inclusive a estados mais ricos na federação. O Gráfico 1 apresenta a evolução de implantação de Escolas de Referência em Ensino Médio em Pernambuco de 2008 a 2017.

De acordo com o Instituto Natura (2019), a Secretaria de Educação ampliou a rede de Educação em Tempo Integral, que passou de um pequeno grupo de 20 centros, em 2007, para 388 escolas em 2018, aproximadamente 50% da rede estadual de ensino médio. Em 2018, 173 escolas eram em tempo integral, 172 semi-integral e 43 eram ETE.

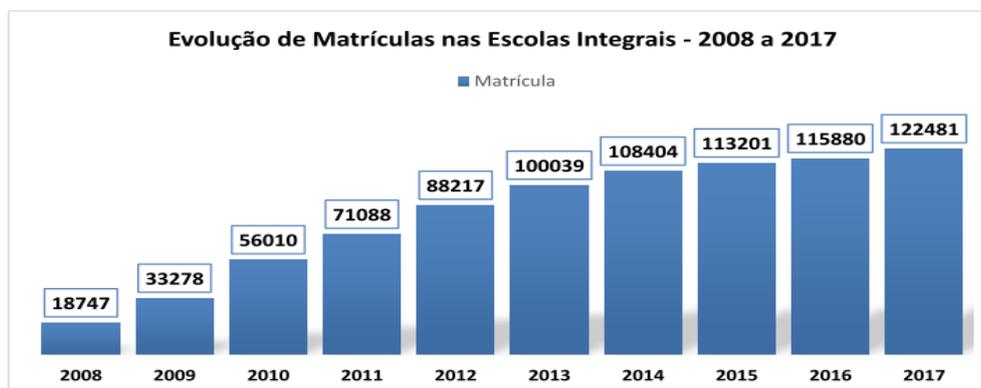
Gráfico 1- Histórico da implantação das Escolas de Referência em Ensino Médio de 2008 a 2017



Fonte: Pernambuco. Secretaria de Educação de Pernambuco (2017).

Como estratégia, para alcançar o que está previsto na meta 6 do Plano Estadual de Educação, Pernambuco vem estendendo, progressivamente, o alcance do programa nacional de ampliação da jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que o tempo de permanência dos estudantes passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. Também como estratégia, estende, progressivamente, a oferta de educação básica pública em tempo integral, através de criação de novas escolas e da elevação do alcance dos programas nacionais de ampliação da jornada escolar. Também como estratégia, Pernambuco amplia a oferta de vagas nas escolas de tempo integral, fortalecendo e garantindo condições de infraestrutura, material didático-pedagógico e de recurso humano qualificado; além disso, garante a oferta de três refeições diárias para os estudantes da educação integral. O Gráfico 2 mostra a evolução de matrículas nas escolas integrais de 2008 a 2017, segundo o censo escolar de 2018 do INEP.

Gráfico 2 - Série histórica de matrículas nas Escolas Integrais 2008 a 2017



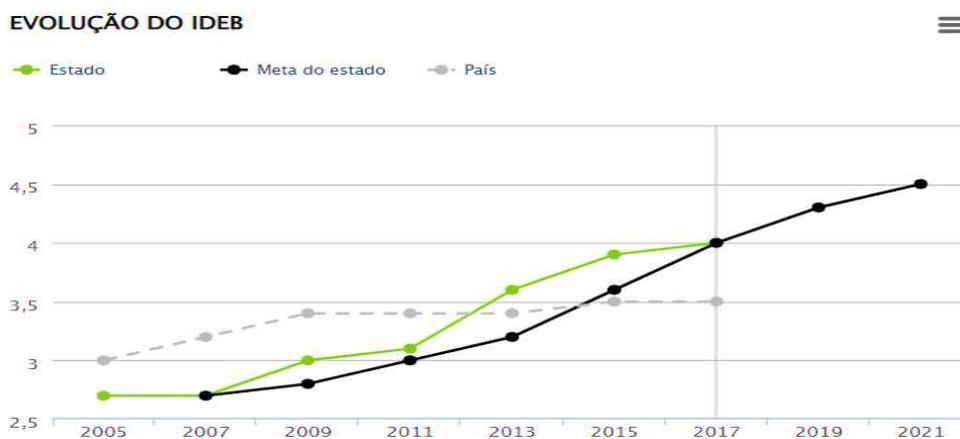
Fonte: Brasil (2018).

Na busca pela qualidade da educação no Ensino Médio, várias políticas públicas foram criadas e implementadas com foco no atendimento da população de 15 a 17 anos de idade. Em nível nacional cita-se o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), mencionado na Meta 6, e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), relacionado, no Plano Estadual, às Meta 10 (Oferecer, no mínimo, 36,3% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio) e Meta 11 (Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% da expansão no segmento público). No âmbito da atuação estadual, Pernambuco implementou 300 Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM), que oferecem educação em tempo integral e semi-integral, e que têm contribuído significativamente para diminuição do abandono escolar, conforme abordado na Meta 6. O Estado de Pernambuco também ampliou a oferta de educação profissional na modalidade técnica integrada ao ensino médio, conforme explicitado na Meta 11.

4.3. Indicadores de qualidade da escola integral em Pernambuco como referência nacional

Como apresenta o Gráfico 3, Pernambuco, que em 2005 apresentava o IDEB de 2,7, liderou o *ranking* em 2015. Em 2017, ficou em terceiro com 4,0, um décimo atrás do Espírito Santo e dois décimos do líder Goiás. No mesmo período, em Pernambuco, a nota média em Matemática e Língua Portuguesa foi de 3,7 para 4,3. O Gráfico 4 mostra a evolução das notas do 3º ano do Ensino Médio de Pernambuco em Português e Matemática na Prova Brasil.

Gráfico 3- Evolução do IDEB Pernambuco, Brasil e Meta do Estado



Fonte: QEduc.org.br. Ideb/Inep (2017).

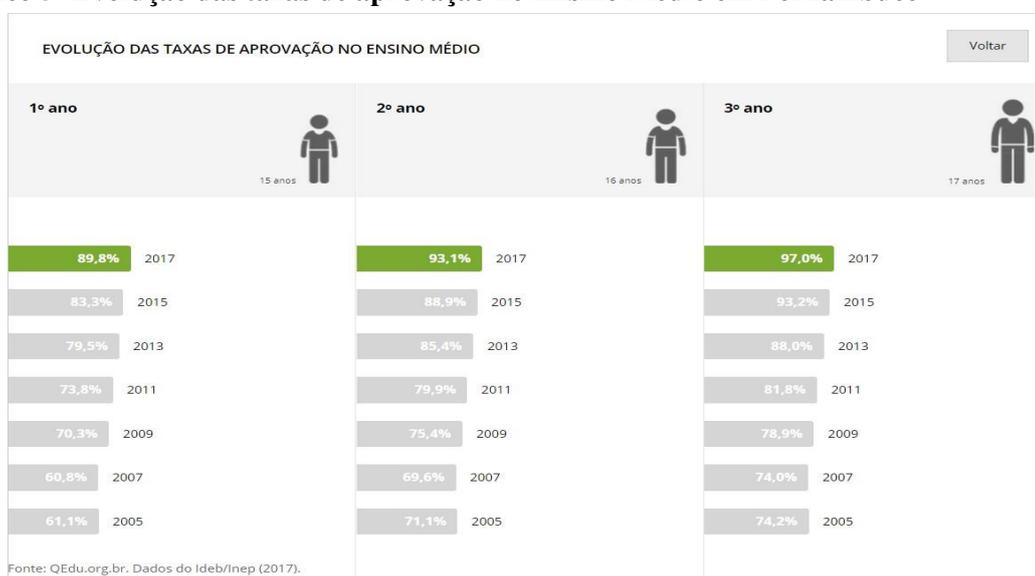
Gráfico 4- Evolução das notas da Prova Brasil em Português e Matemática no Ensino Médio



Fonte: QEdu.org.br. Ideb/Inep (2017)

O percentual de alunos aprovados na Prova Brasil no Estado saltou de 73% em 2005 para 93% em 2017, o segundo maior do país, atrás apenas de Goiás (a média brasileira é de 82%). De acordo com Nogueira (2019), Pernambuco é o Estado com a menor taxa de abandono escolar e também com o menor índice de desigualdade de aprendizagem no ensino médio entre estudantes de nível socioeconômico alto e baixo. O Gráfico 5 mostra a evolução das taxas de aprovação no Ensino Médio de 2005 a 2017 em Pernambuco.

Gráfico 5- Evolução das taxas de aprovação no Ensino Médio em Pernambuco



Fonte: QEdu.org.br. Ideb/Inep (2017).

De acordo com o Instituto Unibanco (2019), um dos principais fatores que contribuíram para a alavancada dos números em Pernambuco foi o trabalho levando em consideração quatro eixos temáticos: i) Infraestrutura: investimento na melhoria das condições físicas das escolas; ii) Inovação: busca por insumos pedagógicos alinhados ao currículo que ajudassem a tornar a escola mais atrativa para os alunos; iii) Tempo integral: ampliação da rede de escolas técnica e em tempo integral; iv) Gestão por resultados: pactuação de metas, monitoramento de indicadores, e apoio às escolas, especialmente para as

que mais precisam. Nessa última estratégia, de acordo com o Instituto Unibanco (2019), ocorreu uma melhoria da gestão focada em resultados de aprendizagem. Vale salientar que neste contexto está inserido o programa Pacto pela Educação, em que há acompanhamento dos principais indicadores educacionais (IDEB, avaliações do Estado, frequência dos alunos, dos professores, aulas dadas, participação das famílias, taxas de aprovação e abandono, entre outros).

A partir do monitoramento constante no nível da escola e em outras opções da Secretaria desses indicadores, são pactuadas metas, como escolas de apoio, e são orientadas a trabalhar para corrigir os problemas. Uma das utilizadas é inspirada no PDCA. Para que as políticas previstas de fato chegassem ao nível da escola, a Secretaria de Educação de Pernambuco identificou três níveis de ação. O primeiro é o estratégico, em que são traçadas como diretrizes de ação. O segundo é chamado de tático, e envolve principalmente gerências regionais e diretores de escolas. Por fim, o terceiro nível é o operacional, onde são previstas reuniões dentro de cada escola para pactuar metas, compartilhar diretrizes e elaborar planos de ação para corrigir os problemas identificados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a implantação da política pública de educação integral no Estado de Pernambuco, por meio do lançamento de um programa com esta finalidade, a partir do ano de 2008 o IDEB em Pernambuco teve seu melhor desempenho após a criação dessas escolas, pois já em 2015 Pernambuco ficou empatado com o Estado de São Paulo em primeiro lugar no *ranking* nacional. Em 2017, Pernambuco ficou na terceira posição com 4,0, um décimo atrás do Espírito Santo e dois décimos do líder Goiás.

Com relação à evolução das notas da Prova Brasil em Português e Matemática no Ensino Médio, o percentual de alunos aprovados no estado saltou de 73% em 2005 para 93% em 2017, o segundo maior do país, atrás apenas de Goiás e bem acima da média brasileira. Assim, ao se analisar a experiência de Pernambuco, percebe-se que políticas públicas como o da escola integral contribuem para a melhoria da qualidade do ensino e fortalecem o papel da educação como instrumento de mobilidade social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ARROYO, M. G. Trabalho, educação e teoria pedagógica. In: G. FRIGOTTO (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis-RJ, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm > Acesso em: 27 jan. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas estatísticas, Censo escolar 2018**. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2020.

CAMPOS, M. A. T.; BRANCO, V.; DANIEL, L. S. A organização do espaço e do tempo

educativo-escolar: análise de uma experiência de educação integral. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 2, 2016.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

CHIZZOTTI, A.; BOCCHI, R. M. B. O tempo da escola: organização, ampliação e qualificação do tempo de ensino escolar. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 42, p. 65-89, 2016.

COSTA, A. G. **Pérolas pedagógicas da educação integral**. Belo Horizonte, MG, 2015. Disponível em: <<https://alfredogomesdacosta.com.br/perolas-pedagogicas-da-educacao-integral>>. Acesso em: 24 ago. 2020

CONSED. **Governo de Pernambuco amplia rede de Escolas em Tempo Integral**. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <<https://www.consed.org.br/central-de-conteudos/governo-de-pernambuco-amplia-rede-de-escolas-em-tempo-integral>> Acesso em: 14 jul. 2020.

CONSULTA IDEB. **IDEB**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://inep.gov.br/consulta-ideb>> Acesso em: 1 fev. 2019.

DIAS, M., GUEDES, P. **O modelo de escola charter: a experiência de Pernambuco**. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2010.

DUTRA, P. F. V. **Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no Ensino Médio**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <<https://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/03/dissertacao-2011-paulo-fernando-de-vasconcelos-dutra.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2019.

FREITAS, L. C. Os Reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

INSTITUTO NATURA. **A política de educação em tempo integral no Estado brasileiro de Pernambuco**. Centre for Public Impact. A BCG Foundation. Disponível em: <<https://bit.ly/3kM4xqJ>> Acesso em: 28 jun. 2019.

INSTITUTO UNIBANCO. **Em dez anos, Pernambuco deu um salto no Ensino Médio** (2019). Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/47/>> Acesso em: 24 ago. 2020.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MOTA, S. M. C. Escola de tempo integral: da concepção à prática. *In: VI SEMINÁRIO DA REDESTRADO*, 6., 2006, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2006. Disponível em: <https://educacao.assis.sp.gov.br/uploads/divulgacao/637540_arquivo.pdf> Acesso em: 15 jul. 2020.

NOGUEIRA, F. Defasagem do ensino médio vem do fundamental 2. **Revista Nova Escola**. set. 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/18388/defasagem-do-ensino-medio-vem-do-fundamental-2>> Acesso em: 24 ago. 2020.

PARENTE, C. M. D. A construção dos tempos escolares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p.135-156, 2010.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 26.307, de 15 de janeiro de 2004**. Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências. Recife: ALEPE, 2004.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Cria o programa de educação integral, e dá outras providências, Pernambuco. Recife: ALEPE LEGIS atualizado, 2017.

PERNAMBUCO. **Processo n. 90/2015. Parecer CEE/PE nº 69/2015-CP**. Apreciação do projeto do Plano Estadual de Educação. Disponível em: <<https://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/69-2015.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Balanco da educação 2017**: Recife-PE. 2017. 67 p.

PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Educação de Pernambuco (2015-2025)**. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, 2015.

QEDU. **Pernambuco: Ideb 2017**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/estado/117-pernambuco/ideb?dependence=2&grade=3&edition=2017>> Acesso em: 24 ago. 2020.

ROCHA, M. B. L. Metodologia da eficiência e eficácia do ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) com suporte de geotecnologias. 2012. 140 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro - SP, 2012. Disponível em: <acervodigital.unesp.br/handle/unesp/156225> Acesso em: 18 out. 2014.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOUSA, A. M. A escola de tempo integral da Rede Municipal do Recife: dialogando com a percepção e apropriação dos professores. 2017. **Dissertação**. (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017.

VANGILER, M. A. S.; SILVA, C. R. O tempo escolar na história da educação do Brasil. In: Encontro Norte e Nordeste de História Da Educação, 6., 2016, Natal, RN. **Anais** [...]. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.